

Ata da 19ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima ocorrida em 15/02/2005 às 15h00 no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reunião dos Conselhos, 2º Andar

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Prof. Cylon Gonçalves Silva, iniciou a reunião dando boas vindas aos membros da Comissão, informando os pontos da agenda.

1. Aprovação da Ata da 18ª reunião da Comissão Interministerial.

Tendo a minuta de ata da 18ª Reunião sido encaminhada aos membros da Comissão com antecedência, o Prof. Cylon perguntou se havia algum comentário dos presentes. Não havendo comentários ou objeções dos presentes, a ata foi considerada aprovada.

2. Composição da Comissão Interministerial

Questionado pelo Ministro Everton Vargas, representante do Ministério das Relações Exteriores, sobre se o representante do Ministério da Fazenda compareceria à reunião, o Secretário Executivo da Comissão sugeriu a alteração da ordem da agenda, passando-se a tratar do 3º item da agenda. Informou que a minuta de decreto com a alteração da composição da Comissão estava ainda tramitando na Casa Civil. Sendo assim, o Ministério das Cidades ainda não tem, oficialmente, assento na Comissão. Destacou entretanto, que caso seja de interesse dos demais participantes um convite poderia ser feito ao Ministério da Fazenda para que participe como observador já a partir da 20ª Reunião da Comissão. Sem objeções, a proposta de convite ao Ministério da Fazenda foi aprovada.

3. Relato da 10ª Conferência das Partes ocorrida no período de 06 a 17 de dezembro de 2004, em Buenos Aires, Argentina.

O Prof. Cylon Gonçalves Silva, solicitou ao Ministro Everton que fizesse o relato.

O representante do Ministério da Relações Exteriores, Ministro Everton, destacou entre os aspectos positivos a grande participação brasileira no evento, com uma delegação bastante numerosa. Destacou a presença dos Ministros Eduardo Campos e Marina Silva com participação importante em Painéis no Segmento de Alto Nível, tendo o Ministro Eduardo Campos moderado o Painele sobre Ciência e Tecnologia. Como outro ponto importante da participação nacional, ressaltou a apresentação da Comunicação Nacional Brasileira em um evento conjunto com a apresentação da Comunicação Nacional da República Popular da China. A este evento estiveram presentes representantes de inúmeras delegações. Observou a importância da publicação da Comunicação Nacional, sendo um marco importante do reconhecimento do governo da importância do problema e do engajamento tanto no plano global como no plano interno. Avaliou o trabalho brasileiro na elaboração e publicação deste documento como de excelente qualidade, dando especial destaque ao Dr. José Domingos

Gonzalez Miguez pela sua competência e liderança durante a condução de todo o processo de consolidação do documento.

Sobre as decisões da COP-10, salientou a decisão de realização de um seminário sobre o futuro do protocolo de Quioto ações e responsabilidades das Partes. Segundo a interpretação do Ministro Everton Vargas, a realização de tal seminário não fere aos interesses brasileiros, uma vez que este não tem caráter de negociação. Observou que os Estados Unidos foram um dos principais opositores a elaboração de tal seminário, uma vez que entendia que seria um início prematuro de discussões de responsabilidades pós 2012 (segundo período de compromissos). O Brasil ressaltou que qualquer debate sobre o futuro da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) deve ser realizado dentro das regras já negociadas até então, em especial o Princípio da Responsabilidade Comum porém Diferenciada, e a necessidade dos países Parte anexo I tomarem a liderança no processo de combate à mudança do clima.

O Ministro Everton lembrou que o foco das negociações até esta última COP baseou-se, fundamentalmente, na necessidade de garantir as exigências mínimas para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto. Já na COP 10 o que se observou foi uma intensificação da pressão sobre os Estados Unidos da América (EUA) para que eles ratifiquem o Protocolo.

A pressão sobre os EUA, de certa forma, tem reflexo sobre os grande países em desenvolvimento, Brasil, China e Índia, uma vez que existe uma decisão do Congresso Americano que condiciona a ratificação do Protocolo de Quioto à definição de responsabilidades a estes três países. Soma-se a isto a pressão da Comunidade Européia e do G8 sobre os EUA para que ratifiquem o protocolo de Quioto e conseqüentemente sobre os três grandes países em desenvolvimento para que assumam responsabilidades de redução de emissões. O G8, grupo dos países desenvolvidos estão se articulando para gerar dados técnicos que subsidiem suas posições políticas sobre a necessidade de compromissos de redução de emissões para Brasil, China e Índia.

O Prof. Cylon propôs que fosse feita uma reunião técnica de especialistas brasileiros, preparatória para o Seminário em maio em Bonn.

Solicitado, o Secretário Executivo da Comissão, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, informou que participou de uma reunião na Inglaterra com um grupo de especialistas em mudanças climáticas. O assunto em pauta foi a definição de um limite máximo de variação térmica aceitável que garanta segurança para o planeta. Com este objetivo, várias teorias e hipóteses de efeitos dramáticos da mudança do clima foram debatidos e estudados visando a definição do limite crítico de variação de temperatura para cada uma das teorias e hipóteses, entre as quais estão: o efeito da interrupção da circulação termoalina na corrente do Golfo, o efeito do degelo na Groenlândia e o desprendimento da placa de gelo antártica do assoalho oceânico.

Observou que a estratégia do G8 consiste em fundamentar suas posições políticas em estudos científicos que apontem para a necessidade de países em desenvolvimento assumam metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. Segundo esta lógica, durante o encontro, foi divulgado o primeiro de um grupo de três estudos encomendados sobre quais

seriam os limites máximos seguros para o aumento da temperatura global. As conclusões deste estudo apontam para um aumento máximo seguro de 2°C na temperatura global e uma concentração máxima de CO₂ de cerca de 400ppm. Ocorre que a concentração atual de CO₂ é de cerca de 380ppm e a taxa de aumento anual é de aproximadamente 2mmp/ano. A conclusão deste estudo foi um plano de ação que atribui uma série de metas de reduções de emissões para os países em desenvolvimento. Segundo a avaliação do Secretário Executivo da Comissão este estudo é um exemplo da estratégia adotada por países desenvolvidos com o objetivo de pressionar países em desenvolvimento a assumir compromissos de redução de emissões.

O Prof. Cylon classificou o estudo britânico de incoerente e impraticável, uma vez que não existe tecnologia disponível para captura de CO₂ da atmosfera e redução de emissões de gases de efeito estufa nas taxas necessárias para o cumprimento das metas propostas pelo estudo. Destacou ainda, que a participação dos países em desenvolvimento nas parcelas anuais de aumento da concentração do CO₂ na atmosfera é pequena, e por este motivo, o plano de ação proposto na conclusão do documento tem notadamente cunho político e não científico.

O Ministro Everton Vargas observou que este estudo era uma forma fantasiosa de fazer crer ao mundo que existiria uma solução para resolver o problema do aquecimento global, porém que essa necessitaria que os países em desenvolvimento assumissem compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa. Afirmou que este assunto era muito delicado, podendo ser utilizado de forma distorcida, e portanto requereria uma adequada articulação afim de evitar pressões futuras sobre o Brasil.

4. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial

O Secretário Executivo comunicou, em relação ao projeto Jalles Machado, publicado na página como completo para avaliação da Comissão, que a metodologia do projeto não tinha sido aprovada pelo Conselho Executivo do MDL, e que portanto ele não poderia ter sido considerado como pronto para submissão à Comissão. Desta forma, observou que o projeto seria removido da página de projetos submetidos para aprovação. Esclareceu que já existe uma nova metodologia compatível aprovada e que este projeto, provavelmente, seria re-submetido com a nova metodologia dentro em breve.

O representante do Ministério das Cidades, Renato Boareto, informou que recebera carta da Prefeitura de Cariacica, ES e também de várias entidades não governamentais contestando o cumprimento do processos de consulta pública do Projeto Marca de geração de energia a partir de gases de aterro sanitário. Destacou também que a Sociedade dos Catadores de Lixo não foi notificada sobre o projeto, e pede que o prazo para a consulta pública seja estendido com a abertura de debates públicos sobre o tema.

O representante do MCT Prof. Cylon Silva informou que todas as cartas de consulta pública encaminhadas pela empresa Marca estão anexadas ao pedido de aprovação do projeto, submetido à Comissão. Adiantou que foram enviadas cartas consulta à Prefeitura de

Cariacica e ao Ministério Público local e todos as entidades especificadas na Resolução nº 1.

O Secretário Executivo da Comissão, observou que ainda existe muita confusão quanto ao procedimento de consulta aos *Stake Holders*. Destacou que a Resolução nº1 trata a questão de forma simples e que talvez nova resolução aprofundando esse tema fosse necessária. Acerca da titularidade das reduções certificadas de emissões, o Secretário Executivo informou que a Comissão não lida com aspectos de mercado. Os projetos discutidos na Comissão observam exclusivamente aspectos técnicos relacionados à redução de emissões, voluntariedade e desenvolvimento sustentável.

O representante do Ministério do Planejamento Dr. Guido Gelli, observou que à Comissão compete apenas a análise do projeto do ponto de vista do MDL, não tendo efeito sobre a autonomia das municipalidades em exercer a gestão dos resíduos sólidos.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Victor Zveibil, destacou que é de autonomia do Município o licenciamento ambiental para o uso do solo, e este documento deve constar junto ao projeto no ato de sua aprovação por esta Comissão.

O Secretário Executivo lembrou novamente que a Comissão lida apenas com os aspectos técnicos do projeto relacionados a sua capacidade de reduzir emissões e que o projeto deve obedecer qualquer outra legislação pertinente para que seja efetivamente implantado..

O representante do Ministério das Cidades, Renato Boareto, destacou que no capítulo 05 da Agenda 21 consta a orientação de incluir o desenvolvimento sustentável também nos trabalhos desta Comissão.

O representante do Ministério da Agricultura Dr. João Antônio Fagundes Salomão, ressaltou que os trabalhos desta Comissão devem se concentrar na análise técnica dos projetos e sua capacidade de reduzir emissões. Solicitou aos colegas que fossem mais objetivos durante a análise fundamentando-se na Resolução nº 01.

O Prof. Cylon Silva destacou que caso as prefeituras tenham a intenção de negociar com os empreendedores eles tem outros instrumentos. Observou que, no caso da Marca, a empresa mandou a documentação completa e as entidades foram consultadas como estabelecido pela Resolução nº1.

O Secretário Executivo da Comissão propôs que o projeto fosse colocado em revisão, uma vez que de acordo com o parecer, o relatório de validação possuía ressalvas sobre obras adicionais necessárias para tratamento de rejeitos, e que fosse enviado um ofício aos proponentes do projeto para que eles se pronunciassem sobre essa questão, tendo a proposta sido aceita pelos membros da Comissão.

O representante do Ministério das Relações Exteriores Conselheiro André Lago, pediu um esclarecimento sobre o Regimento Interno da Comissão, quanto à não aprovação de um projeto. O Secretário Executivo informou que caso um Ministério se manifeste

contrariamente à aprovação do projeto, ele deve ir a votação e receber no mínimo 2/3 dos votos para ser considerado aprovado.

O Prof. Cylon, anunciou que quatro novos projetos haviam sido submetidos à Comissão: Projeto de Conversão de gás natural em energia no Aterro Lara; Projeto Onyx de recuperação de gás de aterro; Projeto UTE Barreiro de geração de energia elétrica renovável; Projeto IRANI para geração de eletricidade a partir de biomassa. Informou que a Secretaria Executiva iria providenciar pareceres sobre estes projetos.

Destacou também que as normas para submissão de projetos estão disponíveis na Internet e apoiou a iniciativa de elaborar uma Resolução nº2 para detalhar a questão de consulta às entidades relevantes ao Projeto.

O Secretário Executivo da Comissão propôs discutir com os demais Ministérios interessados na elaboração de uma minuta de Resolução nº2.

O representante do MMA pediu que fossem enviados pareceres preliminares sobre os projetos para os Ministérios com o objetivo de facilitar as análises dos projetos. O Secretário Executivo da Comissão disse que em pouco tempo não seria mais possível atender a essa demanda, uma vez que a equipe de trabalho é demasiadamente pequena e o volume de trabalho tende a aumentar.

Em seqüência, o Prof. Cylon informou que a empresa Vega Bahia comunicou a alteração dos participantes de seu projeto, já aprovado pela Comissão. O Secretário Executivo da Comissão Interministerial, destacou que tais alterações não implicam em alteração no teor substantivo do projeto, e que sendo assim não haveria necessidade que a Comissão se pronunciasse novamente, tendo sido acordado.

Informou também que a empresa Siderúrgica de Tubarão encaminhou uma carta à Comissão informando a rejeição da metodologia submetida por ela ao Painel de Metodologia do Conselho Executivo do MDL e divulgando as considerações elaboradas pela empresa em relação a essa rejeição.

O Prof. Cylon informou também sobre carta encaminhada a esta Comissão pelos proponentes do projeto Onyx, referindo-se a carta de autorização já emitida anteriormente.

O representante do MRE, Conselheiro André Lago, informou que a carta apresentada pelos empreendedores do projeto Onyx não tem validade internacional, haja visto que apenas a Comissão Interministerial tem competência para aprovar projetos MDL no Brasil.

O Secretário Executivo informou que, de qualquer forma, a empresa responsável pelo projeto Onyx se mostrou de acordo em submeter o projeto para aprovação pela Comissão. Solicitando apenas tratamento diferenciado no tramite junto à Comissão para aceleração do processo. Observou que esse pedido tinha sido já negado aos responsáveis da empresa sob a justificativa de que todos os Ministérios devem ter o devido tempo para análise dos projetos.

5. Outros Assuntos

O Prof. Cylon comunicou aos presentes a realização de solenidade de criação do Bosque de Quioto, idealizada pelo Ministério do Meio Ambiente em comemoração à entrada em vigor do Protocolo de Quioto, no dia seguinte, dia 16 de fevereiro de 2005, no Jardim Botânico do Distrito Federal. Seriam plantadas 141 mudas de espécies do Cerrado, uma para cada país signatário do Protocolo de Quioto.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Prof. Cylon agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.